

*Congonhas*

CÂMARA MUNICIPAL

Casa do Legislativo Vereador Ênio da Gama

PROJETO DE LEI 28 /2019

**"ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 3.007/2010 E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

A Câmara Municipal de Congonhas, Estado de Minas Gerais, decreta e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica alterada a carga horária do cargo efetivo de motorista, passando de 40 (quarenta) horas para 30 (trinta) horas.

**Art. 2º** O anexo II da Lei Municipal nº 3.007/2010, nesta parte, passa a ser os constantes desta Lei.

**Art. 3º** Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, dando nova estrutura à Lei Municipal nº 3.007/2010.

Congonhas/MG, 02 de maio de 2019.

*[Assinatura]*  
Vereador Igor Jonas Souza Costa  
Presidente da Mesa Diretora

*[Assinatura]*  
Vereadora Patrícia Fernandes Monteiro  
Vice-Presidente

*[Assinatura]*  
Vereador Lucas Santos Vicente  
1º Secretário

LEITURA EM PLENÁRIO	
<u>14ª</u> Reunião	<u>Ord</u>
EM <u>07</u> / <u>05</u> / <u>19</u>	
CÂMARA MUNICIPAL DE CONGONHAS - MG	

PROJETO DE LEI Nº 028/2019  
APROVAÇÃO EM 1ª DISCUSSÃO E VOTAÇÃO  
VOTAÇÃO 08 FAVORÁVEIS - NULOS  
- CONTRÁRIOS - BRANCOS  
CÂMARA MUNICIPAL DE CONGONHAS - MG  
EM 28 DE 05 DE 20 19  
PRESIDENTE

PROJETO DE LEI Nº 028/2019  
APROVAÇÃO EM 2ª DISCUSSÃO E VOTAÇÃO  
VOTAÇÃO 09 FAVORÁVEIS - NULOS  
- CONTRÁRIOS - BRANCOS  
CÂMARA MUNICIPAL DE CONGONHAS - MG  
EM 04 DE 06 DE 20 19  
PRESIDENTE

*Encaminhar para  
procurador responsável  
para sua manifestação  
quanto a legalidade  
do projeto.*




**ANEXO II (QUADROS DE PESSOAL)  
QUADRO DE PESSOAL "A"****QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO  
CARREIRA E CLASSES**

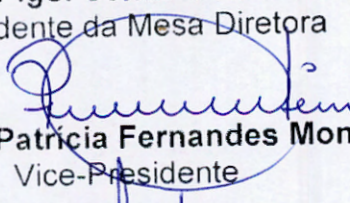
CARGOS/ CLASSES	ESCOLARI DADE	NÚMERO DE VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	SÍMBOLO VENCIMEN TO	PADRÕES DE VENCIMENTO			
					NÍVEL I	NÍVEL II	NÍVEL III	NÍVEL IV
Motorista	SG	04	30	SVE. 18	SVE. 18 A 22	SVE. 23 A 27	SVE. 28 A 32	SVE. 33 A 35

Níveis de Escolaridade:

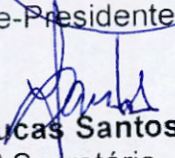
NS Nível Superior  
SG Segundo Grau  
PG Primeiro Grau



**Vereador Igor Jonas Souza Costa**  
Presidente da Mesa Diretora

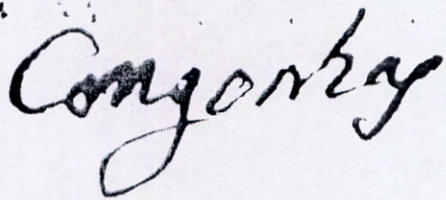


**Vereadora Patricia Fernandes Monteiro**  
Vice-Presidente



**Vereador Lucas Santos Vicente**  
1º Secretário





CÂMARA MUNICIPAL

Casa do Legislativo Vereador Ênio da Gama

### JUSTIFICATIVA

Senhores Vereadores,

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Congonhas, vem apresentar projeto de lei visando modificar o Plano de Cargos e Carreiras dos Servidores do Legislativo.

Está sendo alterada a carga horária do cargo de motorista, de 40 para 30 horas semanais.

Contamos com a adesão de toda a edilidade a nossa proposta.

Congonhas (MG), 02 de maio de 2019.

**Vereador Igor Jonas Souza Costa**  
Presidente da Mesa Diretora

**Vereadora Patricia Fernandes Monteiro**  
Vice-Presidente

**Vereador Lucas Santos Vicente**  
1º Secretário





# Câmara Municipal de Congonhas

*Casa do Legislativo Vereador Ênio da Gama*

Congonhas, 13 de maio de 2019.

À

Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final - CLJR

**Ref.: Projeto de Lei 028/2019 - altera a Lei Municipal nº 3.007/2010 e dá outras providências.**

## PARECER

Versa o projeto sobre altera da Lei 3.007/2010, que criou nova estrutura administrativa para a Câmara Municipal.

A competência de iniciativa é da Mesa Diretora do Legislativo, sendo que o projeto foi por esta proposto.

A matéria está no rol dos assuntos de interesse local.

O projeto está a carga horaria de cargo efetivo da Casa.

O projeto é legal e constitucional.

Este é o nosso parecer, smj.

**Adriano Melillo**

**PROCURADOR DO LEGISLATIVO**

- ☐ Comissão de Legislação Justiça e Redação Final
- ☐ Comissão de Obras e Serviços Públicos
- ☐ Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento





# Câmara Municipal de Congonhas

*Casa do Legislativo Vereador Ênio da Gama*

Câmara Municipal, 20 de maio de 2019.

**Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.**

**Projeto de Lei nº 028/2019** – altera a Lei Municipal nº 3.007 e dá outras providências.

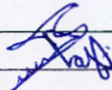
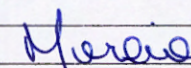
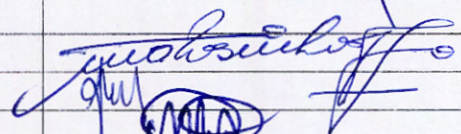
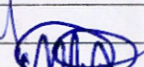
## RELATÓRIO

Versa o projeto sobre alteração da Lei 3.007, que criou a nova estrutura administrativa para a Câmara Municipal.

A competência de iniciativa é da Mesa Diretora, sendo por ela proposto.

A matéria está no rol dos assuntos de interesse local, não apresentando nenhum aspecto de ilegalidade e inconstitucionalidade.

Somos favoráveis à aprovação.

Vagner - Presidente	
Hemerson – Vice-Presidente	
Delcio	
Eduardo	
Feliciano	
Marcos	





# Câmara Municipal de Congonhas

*Casa do Legislativo Vereador Ênio da Gama*

Câmara Municipal, 20 de maio de 2019.

**Comissão de Obras e Serviços Públicos.**

**Projeto de Lei nº 028/2019** – altera a Lei Municipal nº 3.007 e dá outras providências.

## RELATÓRIO

Versa o projeto sobre alteração da Lei 3.007, que criou a nova estrutura administrativa para a Câmara Municipal.

O projeto está alterando o plano de cargos e carreiras do Legislativo e altera a carga horária do cargo de motorista de 40 para 30 horas semanais.

Somos favoráveis à proposta e sua aprovação.

Feliciano - Presidente	
Eduardo – Vice-Presidente	
Cida -	
Hemerson -	
Vagner -	





# Câmara Municipal de Congonhas

*Casa do Legislativo Vereador Ênio da Gama*

Câmara Municipal, 20 de maio de 2019.

**Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento.**

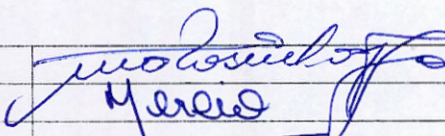
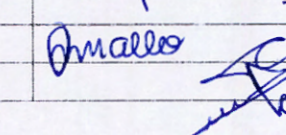
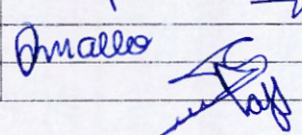
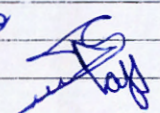
**Projeto de Lei nº 028/2019** – altera a Lei Municipal nº 3.007 e dá outras providências.

## RELATÓRIO

Versa o projeto sobre alteração da Lei 3.007, que criou a nova estrutura administrativa para a Câmara Municipal.

Trata-se de projeto de lei que modifica o Plano de Cargos e Carreiras dos Servidores do Legislativo, alterando a carga horária do cargo de motorista de 40 para 30 horas semanais.

Somos pela aprovação.

Eduardo - Presidente	
Hemerson – Vice - Presidente	
Délcio -	
Nilton -	
Vagner -	

CMC/mgrm





# Câmara Municipal de Congonhas

*Casa do Legislativo Vereador Ênio da Gama*

Câmara Municipal, ..... de ..... de 2019.

**Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.**

**PROJETO DE LEI Nº 028/2019** – Altera a Lei Municipal 3.007/2010 e dá outras providências (altera carga horária de servidor).

## REDAÇÃO FINAL

O Projeto de Lei nº 028/2019, de autoria da Mesa Diretora, após ter sido aprovado conclusivamente em Plenário, retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

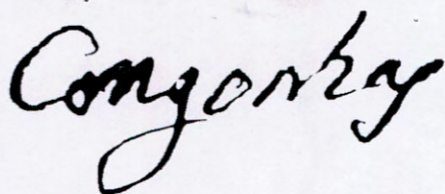
Após análise do projeto, verificamos que seu texto está de acordo com a técnica legislativa, conforme determina o Regimento Interno desta Casa.

Este é o nosso relatório.

Vagner - Presidente	
Hemerson – Vice-Presidente	<i>Hemerson</i>
Delcio	<i>Delcio</i>
Eduardo	<i>Eduardo</i>
Feliciano	<i>Feliciano</i>
Marcos	<i>Marcos</i>

CMC/mgrm





CÂMARA MUNICIPAL

*Casa do Legislativo Vereador Ênio da Gama*

## **PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 021/2019.**

### **“ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 3.007/2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

A Câmara Municipal de Congonhas, Estado de Minas Gerais, aprovou e eu, Prefeito sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica alterada a carga horária do cargo efetivo de motorista, passando de 40 (quarenta) horas para 30 (trinta) horas.

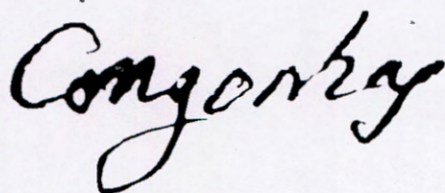
**Art. 2º** O anexo II da Lei Municipal nº 3.007/2010, nesta parte, passa a ser os constantes desta Lei.

**Art. 3º** Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, dando nova estrutura à Lei Municipal nº 3.007/2010.

Câmara Municipal de Congonhas, 11 de junho de 2019.

**Igor Jonas Souza Costa**  
**Presidente da Mesa Diretora**  
**Câmara Municipal de Congonhas**





CÂMARA MUNICIPAL

Casa do Legislativo Vereador Ênio da Gama

**ANEXO II (QUADROS DE PESSOAL)  
QUADRO DE PESSOAL "A"**

**QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO  
CARREIRA E CLASSES**

CARGOS/ CLASSES	ESCOLARI DADE	NÚMERO DE VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	SÍMBOLO VENCIMEN TO	PADRÕES DE VENCIMENTO			
					NÍVEL I	NÍVEL II	NÍVEL III	NÍVEL IV
Motorista	SG	04	30	SVE. 18	SVE. 18 A 22	SVE. 23 A 27	SVE. 28 A 32	SVE. 33 A 35

Níveis de Escolaridade:

**NS** Nível Superior  
**SG** Segundo Grau  
**PG** Primeiro Grau

**Vereador Igor Jonas Souza Costa**  
Presidente da Mesa Diretora



Ofício n.º PMC/SEGOV/201/2019

Congonhas, 2 de julho de 2019.

Exmo. Sr.

Igor Jonas de Souza Costa,

Presidente da Câmara Municipal de CONGONHAS/MG.

Assunto: **Encaminhamento.**

Senhor Presidente,

Encaminhamos a V.Exa. as razões de Veto Total à Proposição de Lei n.º 021/2019, que “Altera a Lei Municipal nº 3.007/2010 e dá outras providências”.

No ensejo renovamos nossos protestos de apreço e consideração extensivos aos ilustres pares.

Cordialmente,

*in no mm*  
**Lúcio de Souza Coimbra**  
Secretário Municipal de Governo

LEITURA EM PLENÁRIO	
229	Ord
EM	02 / 07 / 19
CÂMARA MUNICIPAL DE CONGONHAS - MG	

CÂMARA MUNICIPAL DE CONGONHAS  
Nº Protocolo ( *1823* )  
Recebido em 02 de 07 de 20 19  
Horário 16:50  
*Patricia*  
Assinatura do Responsável

FHB





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS**  
CIDADE DOS PROFETAS

**VETO TOTAL À PROPOSIÇÃO DE LEI Nº. 021/2019**  
**RAZÕES DE VETO**

**Senhor Presidente,  
Nobres Vereadores,**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Congonhas, Comunico a Vossas Excelências que, nos termos do art. 77 c/c com o inciso VIII do art. 89 da Lei Orgânica, sou levado a vetar integralmente a Proposição de Lei nº. 021/2019, que visa a alteração da carga horária do cargo efetivo de motorista, passando de 40 (quarenta) horas para 30(trinta) horas semanais.

A Lei Orgânica do Município de Congonhas estabelece em seu art. 70 que:

“Art. 70 – Compete privativamente à Câmara Municipal:

(...)

III – dispor sobre sua organização, funcionamento e política;

IV – dispor sobre a criação, transformação ou extinção de cargos e funções de seus servidores e fixação de respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.”

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais já se manifestou sobre a possibilidade de redução de carga horária de servidor público, devendo-se manter inalterado o vencimento nominal, veja-se:

“Conclusão: ex positis, considerando a jurisprudência dominante no STF, alicerçada no art. 37, XV, da Constituição Federal, e ainda a suspensão dos efeitos dos §§ 1º e 2º do art. 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), concluo que embora seja possível a redução da carga horária dos servidores, é defeso ao Poder Público a redução de vencimentos dos servidores em seu valor nominal, em razão de redução da carga horária. A redução da jornada de trabalho com a adequação dos vencimentos à nova carga horária ofende o princípio da irredutibilidade de vencimentos dos servidores públicos previsto na Constituição Federal. Nesses termos, quanto à primeira indagação posta pelo consulente, respondo negativamente: não é possível ao Poder Público editar lei municipal reduzindo a carga horária/jornada de trabalho de determinado cargo público com consequente redução proporcional de vencimentos. Quanto à segunda indagação, consequência da primeira, respondo, em parte, afirmativamente: **é possível ao Poder Público municipal editar lei municipal reduzindo a carga horária/jornada de trabalho de determinado cargo público, desde que motive e fundamente a razão da medida, uma vez que o princípio da legalidade deve estar em consonância com os princípios da finalidade, da razoabilidade, da impessoalidade, da moralidade e da eficiência.** Respondo negativamente à segunda parte da

*Jose de Freitas Cordeiro*  
Prefeito de Congonhas





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS**  
CIDADE DOS PROFETAS

indagação, que já está contemplada na resposta ao primeiro quesito: a redução da carga horária não poderá ser motivo para redução nominal proporcional de vencimentos, como já visto. Essas são as considerações submetidas a apreciação do Excelentíssimo Senhor Prefeito.”

Nota-se que a redução da carga horária de 40(quarenta) horas para 30(trinta) horas semanais é possível, **desde que seja devidamente motivada e reste fundamentada a razão da medida.**

É sabido que no Município de Congonhas, ao longo dos anos, a política de remuneração do servidor acabou por criar desigualdades entres os servidores do Executivo e Legislativo. Basta fazer-se simples correlação entre os vencimentos dos cargos que necessariamente se correspondem nos respectivos órgãos.

Veja-se o que dispõe o artigo 40 da Lei Orgânica deste município:

“Art. 40 – A revisão geral da remuneração do servidor público, sem distinção de índices, se fará sempre no mês de julho de cada ano, ficando, entretanto, assegurada a preservação periódica de seu poder aquisitivo, na forma da lei, que observará os limites previstos na Constituição Federal.

§ 1º - A lei fixará o limite máximo e a relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, observados, como limites máximos e no âmbito dos respectivos poderes, os valores percebidos como remuneração, em espécie, pelo Prefeito Municipal.

**§ 2º - Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo não poderão ser superior aos percebidos no Poder Executivo.”**

A Lei Orgânica Municipal está em consonância com a Constituição da República de 1988, veja-se:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

**XII - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;”**

Volta-se a argumentar que se trata de política de remuneração de servidores e nesse sentido verifica-se que a respeitável proposição de lei tende a criar uma diferença entre os motoristas do Executivo e Legislativo, pois embora não havendo um impacto financeiro, há nítido aumento indireto de vencimentos.

*José de Freitas Cordeiro*  
Prefeito de Congonhas





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS**  
CIDADE DOS PROFETAS

Lado outro deve restar expresso qual seria o motivo, o interesse público na redução da jornada, visto o interesse da sociedade e das demandas do Poder Público que devem restar devidamente resguardados, sob pena de se praticar ato nulo.

A redução da jornada pretendida poderá acarretar necessidade de novas contratações ou realização de horas-extras, ainda que a curto prazo isso não aconteça, mas a médio e longo prazo, sim, com mudanças na gestão da Câmara.

Estas, Senhor Presidente, são as razões do VETO, ora apresentadas, que submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros da Câmara Municipal.

Aproveito a oportunidade para manifestar a Vossa Excelência e aos demais membros dessa Egrégia Casa Legislativa protesto de elevada estima e distinta consideração.

Congonhas, 2 de julho de 2019.

  
**JOSÉ CORDEIRO DE FREITAS**  
Prefeito de Congonhas



*Veto rejeitado por 11 votos na  
Reunião Ordinária de 27/08/19  
Juiz de Freitas*



*Congonhas*

CÂMARA MUNICIPAL

*Casa do Legislativo Vereador Ênio da Gama*

**PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 021/2019.**

**“ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 3.007/2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

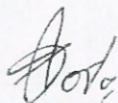
A Câmara Municipal de Congonhas, Estado de Minas Gerais, aprovou e eu, Prefeito sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica alterada a carga horária do cargo efetivo de motorista, passando de 40 (quarenta) horas para 30 (trinta) horas.

**Art. 2º** O anexo II da Lei Municipal nº 3.007/2010, nesta parte, passa a ser os constantes desta Lei.

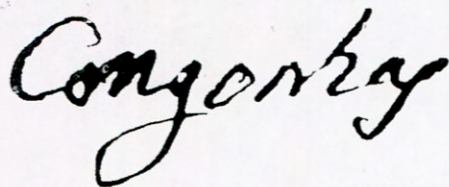
**Art. 3º** Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, dando nova estrutura à Lei Municipal nº 3.007/2010.

Câmara Municipal de Congonhas, 11 de junho de 2019.



**Igor Jonas Souza Costa**  
**Presidente da Mesa Diretora**  
**Câmara Municipal de Congonhas**





CÂMARA MUNICIPAL

Casa do Legislativo Vereador Ênio da Gama

**ANEXO II (QUADROS DE PESSOAL)  
QUADRO DE PESSOAL "A"**

**QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO  
CARREIRA E CLASSES**

CARGOS/ CLASSES	ESCOLARI DADE	NÚMERO DE VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	SÍMBOLO VENCIM ENTO	PADRÕES DE VENCIMENTO			
					NÍVEL I	NÍVEL II	NÍVEL III	NÍVEL IV
Motorista	SG	04	30	SVE. 18	SVE. 18 A 22	SVE. 23 A 27	SVE. 28 A 32	SVE. 33 A 35

Níveis de Escolaridade:

**NS** Nível Superior  
**SG** Segundo Grau  
**PG** Primeiro Grau

**Vereador Igor Jonas Souza Costa**  
Presidente da Mesa Diretora





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS**  
**CIDADE DOS PROFETAS**

**VETO TOTAL À PROPOSIÇÃO DE LEI Nº. 021/2019**

**RAZÕES DE VETO**

**Senhor Presidente,  
Nobres Vereadores,**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Congonhas, Comunico a Vossas Excelências que, nos termos do art. 77 c/c com o inciso VIII do art. 89 da Lei Orgânica, sou levado a vetar integralmente a Proposição de Lei nº. 021/2019, que visa a alteração da carga horária do cargo efetivo de motorista, passando de 40 (quarenta) horas para 30(trinta) horas semanais.

A Lei Orgânica do Município de Congonhas estabelece em seu art. 70 que:

“Art. 70 – Compete privativamente à Câmara Municipal:

(...)

III – dispor sobre sua organização, funcionamento e política;

IV – dispor sobre a criação, transformação ou extinção de cargos e funções de seus servidores e fixação de respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.”

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais já se manifestou sobre a possibilidade de redução de carga horária de servidor público, devendo-se manter inalterado o vencimento nominal, veja-se:

“Conclusão: ex positis, considerando a jurisprudência dominante no STF, alicerçada no art. 37, XV, da Constituição Federal, e ainda a suspensão dos efeitos dos §§ 1º e 2º do art. 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), concluo que embora seja possível a redução da carga horária dos servidores, é defeso ao Poder Público a redução de vencimentos dos servidores em seu valor nominal, em razão de redução da carga horária. A redução da jornada de trabalho com a adequação dos vencimentos à nova carga horária ofende o princípio da irredutibilidade de vencimentos dos servidores públicos previsto na Constituição Federal. Nesses termos, quanto à primeira indagação posta pelo consulente, respondo negativamente: não é possível ao Poder Público editar lei municipal reduzindo a carga horária/jornada de trabalho de determinado cargo público com consequente redução proporcional de vencimentos. Quanto à segunda indagação, consequência da primeira, respondo, em parte, afirmativamente: **é possível ao Poder Público municipal editar lei municipal reduzindo a carga horária/jornada de trabalho de determinado cargo público, desde que motive e fundamente a razão da medida, uma vez que o princípio da legalidade deve estar em consonância com os princípios da finalidade, da razoabilidade, da impessoalidade, da moralidade e da eficiência.** Respondo negativamente à segunda parte da

*José de Freitas Cordeiro*





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS**  
**CIDADE DOS PROFETAS**

indagação, que já está contemplada na resposta ao primeiro quesito: a redução da carga horária não poderá ser motivo para redução nominal proporcional de vencimentos, como já visto. Essas são as considerações submetidas a apreciação do Excelentíssimo Senhor Prefeito.”

Nota-se que a redução da carga horária de 40(quarenta) horas para 30(trinta) horas semanais é possível, **desde que seja devidamente motivada e reste fundamentada a razão da medida.**

É sabido que no Município de Congonhas, ao longo dos anos, a política de remuneração do servidor acabou por criar desigualdades entres os servidores do Executivo e Legislativo. Basta fazer-se simples correlação entre os vencimentos dos cargos que necessariamente se correspondem nos respectivos órgãos.

Veja-se o que dispõe o artigo 40 da Lei Orgânica deste município:

“Art. 40 – A revisão geral da remuneração do servidor público, sem distinção de índices, se fará sempre no mês de julho de cada ano, ficando, entretanto, assegurada a preservação periódica de seu poder aquisitivo, na forma da lei, que observará os limites previstos na Constituição Federal.

§ 1º - A lei fixará o limite máximo e a relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, observados, como limites máximos e no âmbito dos respectivos poderes, os valores percebidos como remuneração, em espécie, pelo Prefeito Municipal.

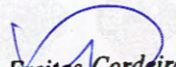
**§ 2º - Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo não poderão ser superior aos percebidos no Poder Executivo.”**

A Lei Orgânica Municipal está em consonância com a Constituição da República de 1988, veja-se:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

**XII - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;”**

Volta-se a argumentar que se trata de política de remuneração de servidores e nesse sentido verifica-se que a respeitável proposição de lei tende a criar uma diferença entre os motoristas do Executivo e Legislativo, pois embora não havendo um impacto financeiro, há nítido aumento indireto de vencimentos.

  
**José de Freitas Cordeiro**  
Prefeito de Congonhas





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS**  
**CIDADE DOS PROFETAS**

Lado outro deve restar expresso qual seria o motivo, o interesse público na redução da jornada, visto o interesse da sociedade e das demandas do Poder Público que devem restar devidamente resguardados, sob pena de se praticar ato nulo.

A redução da jornada pretendida poderá acarretar necessidade de novas contratações ou realização de horas-extras, ainda que a curto prazo isso não aconteça, mas a médio e longo prazo, sim, com mudanças na gestão da Câmara.

Estas, Senhor Presidente, são as razões do VETO, ora apresentadas, que submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros da Câmara Municipal.

Aproveito a oportunidade para manifestar a Vossa Excelência e aos demais membros dessa Egrégia Casa Legislativa protesto de elevada estima e distinta consideração.

Congonhas, 2 de julho de 2019.



**JOSÉ CORDEIRO DE FREITAS**  
**Prefeito de Congonhas**







# Câmara Municipal de Congonhas

Casa do Legislativo Vereador Ênio da Gama

## PARECER JURÍDICO

**Referência:** Projeto de Lei nº 028/2019

**Assunto:** Altera a Lei Municipal nº 3.007/2010 e dá outras providências.

Senhores vereadores,

Trata-se de veto total à proposição de Lei nº 028/2019 que *"Altera a Lei Municipal nº 3.007/2010 e dá outras providências"* em especial para reduzir a carga horária do cargo efetivo de motorista de 40 para 30 horas semanais, proposto pela Mesa Diretora da Câmara Municipal.

Alega o Chefe do Executivo, em síntese, que o projeto carece de motivação válida e, por esse motivo, não restou caracterizado o interesse público para amparar a medida proposta, fato que ensejou o veto total à proposição.

Em que pese o respeito que mereça as considerações do Exmo. Sr. Prefeito Municipal, tem-se que o pedido de redução na carga horária do cargo de motorista pertencente ao quadro de pessoal efetivo do Legislativo foi amplamente debatido nessa Casa, com a tramitação de diversos requerimentos acostados em processos administrativos para análise do tema.

Ao caso, é notório que a Casa possui três motoristas efetivos sendo que dois ocupam o cargo em razão da aprovação em Concurso Público promovido pelo Legislativo em 1991 e o outro pelo certame de 2011, sendo que os dois primeiros possuem uma carga horária de 30 horas semanais, sendo o último o único com carga horária de 40 horas semanais.

Assim, a Câmara Municipal utilizando de sua competência privativa de dispor sobre sua organização e funcionamento, incluindo a gestão do seu pessoal, nos termos do artigo 51, inciso IV da CR/88 e artigo 70, incisos III e IV da LOM,





# Câmara Municipal de Congonhas

Casa do Legislativo Vereador Ênio da Gama

resolveu por bem adotar carga horária única de 30 horas semanais para todos os seus motoristas, destacando que a medida em nada irá prejudicar os serviços públicos da Edilidade.

Nesse contexto, nada obstante às colocações trazidas pelo Exmo. Sr. Prefeito, essa procuradoria corrobora do parecer da lavra do ilustre procurador da Casa, Dr. Adriano Melillo, datado de 13/05/2019, já acostado ao processo legislativo que entende ser o projeto legal é constitucional não havendo óbice à sua aprovação.

Assim sendo, entendemos que o projeto é constitucional, não possuindo o alegado vício aventado pelo Executivo nas razões do seu veto.

Esse é o nosso parecer, s.m.j.,

Congonhas (MG), 19 de agosto de 2019.

**Davi Leonard Barbieri**  
**Procurador Administrativo**





# Câmara Municipal de Congonhas

Casa do Legislativo Vereador Ênio da Gama

**PORTARIA CMC/190/2019.**

## **NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL**

O Presidente da Câmara Municipal de Congonhas, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 54, do Regimento Interno, baixa a seguinte PORTARIA:

**Art. 1º** Fica constituída Comissão Especial composta pelos Vereadores Patrícia Fernandes Monteiro, Eduardo Cordeiro Matosinhos, Feliciano Duarte Monteiro, Lucas Santos Vicente e Vagner Luiz de Souza, para, sob a presidência da primeira, emitir parecer sobre o **VETO TOTAL À PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 021/2019 que Altera a Lei Municipal nº 3.007/2010 e dá outras providências..**

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Congonhas, 20 de agosto de 2019.

**IGOR JONAS SOUZA COSTA**  
**PRESIDENTE DA MESA DIRETORA**

CMC/hmfs





# Câmara Municipal de Congonhas

*Casa do Legislativo Vereador Ênio da Gama*

Câmara Municipal, 20 de agosto de 2019.

Comissão Especial nomeada pela Portaria CMC/189/2019.

**Ref.: VETO TOTAL À PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 021/2019** que Altera a Lei Municipal nº 3007/2010 e dá outras providências.

## RELATÓRIO

A proposta de autoria da Mesa Diretora tramitou regularmente, sendo aprovada pelo plenário e enviada ao Chefe do Executivo para sanção que a vetou integralmente.

A competência de iniciativa é concorrente, sendo que o projeto foi proposto pela Mesa.

Alega o Chefe do Executivo que a redução da jornada pretendida poderá acarretar necessidade de novas contratações ou realização de horas extras, com mudanças na gestão da Câmara. Alega também não existir interesse público na redução da jornada.

Nada obstante às colocações trazidas pelo Prefeito, mas a Procuradoria do Legislativo entende ser a competência privativa do Legislativo de dispor sobre sua organização e funcionamento, incluindo a gestão de pessoal.

Entendemos, pois, que o projeto é constitucional, não possuindo o alegado vício pelo Executivo.

Portanto, somos pela REJEIÇÃO DO VETO.

Este é nosso relatório.

Patrícia	
Eduardo	
Feliciano	
Lucas	
Vagner	

CMC/hmfs



*Congonhas*

CÂMARA MUNICIPAL

*Casa do Legislativo Vereador Ênio da Gama*

Ofício nº 235/2019/Secretaria

**CÓPIA**

Congonhas, 28 de agosto de 2019.

Exmo. Sr.  
**JOSÉ DE FREITAS CORDEIRO**  
Prefeito Municipal de Congonhas

**Assunto:** Comunicação.

Senhor Prefeito.

Comunicamos a V.Exa. que o **VETO TOTAL à Proposição de Lei nº 021/2019 que Altera a Lei Municipal nº 3.007/2010 e dá outras providências**, foi REJEITADO, na Reunião Ordinária do dia 27 de agosto de 2019.

Sendo assim, nos termos da Lei, remetemos a V. Exa., a referida proposição para promulgação.

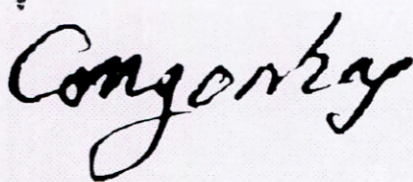
Atenciosamente.

**Igor Jonas Souza Costa**  
**Presidente da Mesa Diretora**  
**Câmara Municipal de Congonhas**

CMC/hmfs

*28/08/2019*





CÂMARA MUNICIPAL

*Casa do Legislativo Vereador Ênio da Gama*

**PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 021/2019.**

**“ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 3.007/2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

A Câmara Municipal de Congonhas, Estado de Minas Gerais, aprovou e eu, Prefeito sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica alterada a carga horária do cargo efetivo de motorista, passando de 40 (quarenta) horas para 30 (trinta) horas.

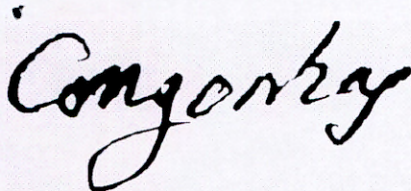
**Art. 2º** O anexo II da Lei Municipal nº 3.007/2010, nesta parte, passa a ser os constantes desta Lei.

**Art. 3º** Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, dando nova estrutura à Lei Municipal nº 3.007/2010.

Câmara Municipal de Congonhas, 28 de agosto de 2019.

**Igor Jonas Souza Costa**  
**Presidente da Mesa Diretora**  
**Câmara Municipal de Congonhas**





CÂMARA MUNICIPAL

Casa do Legislativo Vereador Ênio da Gama

**ANEXO II (QUADROS DE PESSOAL)  
QUADRO DE PESSOAL "A"**

**QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO  
CARREIRA E CLASSES**

CARGOS/ CLASSES	ESCOLARI DADE	NÚMERO DE VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	SÍMBOLO VENCIMEN TO	PADRÕES DE VENCIMENTO			
					NÍVEL I	NÍVEL II	NÍVEL III	NÍVEL IV
Motorista	SG	04	30	SVE. 18	SVE. 18 A 22	SVE. 23 A 27	SVE. 28 A 32	SVE. 33 A 35

Níveis de Escolaridade:

**NS**    Nível Superior  
**SG**    Segundo Grau  
**PG**    Primeiro Grau

**Vereador Igor Jonas Souza Costa**  
Presidente da Mesa Diretora



*Congonhas*

CÂMARA MUNICIPAL

Casa do Legislativo Vereador Ênio da Gama

**CÓPIA**

Ofício nº 247/2019/Secretaria

Congonhas, 02 de setembro de 2019.

Exmo. Sr.  
José de Freitas Cordeiro  
Prefeito Municipal

**Assunto:** Encaminhamento.

Senhor Prefeito,

Encaminhamos a Lei promulgada pelo Presidente da Câmara Municipal:

LEI
<b>3.860/2019</b> – Altera a Lei Municipal nº 3007/2010 e dá outras providências.

Atenciosamente.



**IGOR JONAS SOUZA COSTA**  
Presidente da Mesa Diretora  
Câmara Municipal de Congonhas

CMC/hmfs

Câmara Municipal de Congonhas

  
Francine Helena Batista  
Mesa 2031  
04/09/19



*Congonhas*

CÂMARA MUNICIPAL

*Casa do Legislativo Vereador Ênio da Gama*

**PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 021/2019.**

**“ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 3.007/2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

A Câmara Municipal de Congonhas, Estado de Minas Gerais, aprovou e eu, Prefeito sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica alterada a carga horária do cargo efetivo de motorista, passando de 40 (quarenta) horas para 30 (trinta) horas.

**Art. 2º** O anexo II da Lei Municipal nº 3.007/2010, nesta parte, passa a ser os constantes desta Lei.

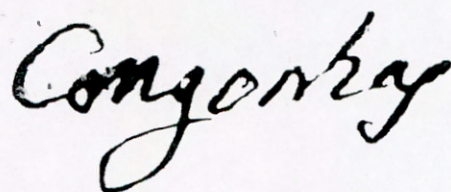
**Art. 3º** Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, dando nova estrutura à Lei Municipal nº 3.007/2010.

Câmara Municipal de Congonhas, 11 de junho de 2019.



**Igor Jonas Souza Costa**  
**Presidente da Mesa Diretora**  
**Câmara Municipal de Congonhas**





CÂMARA MUNICIPAL

Casa do Legislativo Vereador Ênio da Gama

**ANEXO II (QUADROS DE PESSOAL)  
QUADRO DE PESSOAL "A"**

**QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO  
CARREIRA E CLASSES**

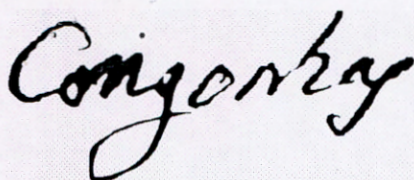
CARGOS/ CLASSES	ESCOLARI DADE	NÚMERO DE VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	SÍMBOLO VENCIMEN TO	PADRÕES DE VENCIMENTO			
					NÍVEL I	NÍVEL II	NÍVEL III	NÍVEL IV
Motorista	SG	04	30	SVE. 18	SVE. 18 A 22	SVE. 23 A 27	SVE. 28 A 32	SVE. 33 A 35

Níveis de Escolaridade:

**NS**    Nível Superior  
**SG**    Segundo Grau  
**PG**    Primeiro Grau

**Vereador Igor Jonas Souza Costa**  
Presidente da Mesa Diretora





CÂMARA MUNICIPAL

*Casa do Legislativo Vereador Ênio da Goma*

**LEI Nº 3.860/2019.**

**“ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 3.007/2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

A Câmara Municipal de Congonhas, Estado de Minas Gerais, aprovou a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica alterada a carga horária do cargo efetivo de motorista, passando de 40 (quarenta) horas para 30 (trinta) horas.

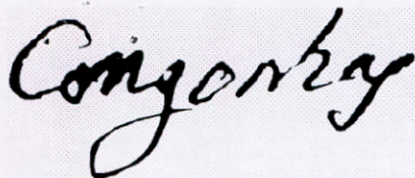
**Art. 2º** O anexo II da Lei Municipal nº 3.007/2010, nesta parte, passa a ser os constantes desta Lei.

**Art. 3º** Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, dando nova estrutura à Lei Municipal nº 3.007/2010.

Câmara Municipal de Congonhas, 02 de setembro de 2019.

**Igor Jonas Souza Costa**  
**Presidente da Mesa Diretora**  
**Câmara Municipal de Congonhas**





CÂMARA MUNICIPAL

Casa do Legislativo Vereador Ênio da Gama

**ANEXO II (QUADROS DE PESSOAL)  
QUADRO DE PESSOAL "A"**

**QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO  
CARREIRA E CLASSES**

CARGOS/ CLASSES	ESCOLARI DADE	NÚMERO DE VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	SÍMBOLO VENCIMEN TO	PADRÕES DE VENCIMENTO			
					NÍVEL I	NÍVEL II	NÍVEL III	NÍVEL IV
Motorista	SG	04	30	SVE. 18	SVE. 18 A 22	SVE. 23 A 27	SVE. 28 A 32	SVE. 33 A 35

Níveis de Escolaridade:

**NS** Nível Superior  
**SG** Segundo Grau  
**PG** Primeiro Grau

**Vereador Igor Jonas Souza Costa**  
Presidente da Mesa Diretora